

**REQUERIMENTO Nº  
(Do Sr. Adão Pretto)**

Requer a participação da Comissão de Legislação Participativa no Grupo de Trabalho Preparatório da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos a ser realizada em dezembro de 2008, no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Prezados Senhores,

Requeiro, nos termos regimentais, a participação da Comissão de Legislação Participativa no Grupo de Trabalho Preparatório da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos a ser realizada em dezembro de 2008, no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

**JUSTIFICAÇÃO**

Nos termos regimentais, uma das atribuições fundamentais desta Comissão de Legislação Participativa é proporcionar o acesso da sociedade civil ao sistema de produção das normas que integram o ordenamento jurídico do País, chamando o cidadão comum e sobretudo aos setores organizados a levar diretamente ao Parlamento sua percepção dos problemas, demandas e necessidades da vida cotidiana.

A XI Conferência Nacional de Direitos Humanos será realizada entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2008, em Brasília. O tema central é a revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) com objetivo de contribuir na formulação de uma política nacional de Direitos Humanos. A proposta é pactuar compromissos e propor diretrizes para as políticas públicas na área, com impactos nos orçamentos federal e estadual.

As conferências estaduais terão início em maio, e deverão ser concluídas até 15 de agosto. A escolha dos 1.200 delegados priorizará a participação de todos os segmentos e grupos sociais, 60% deles serão escolhidos pela sociedade civil e 40% por órgãos do poder público da área de Direitos Humanos. A participação de diversos segmentos busca garantir e estruturar um processo representativo e decisivo para a população por meio do desenvolvimento de ações e políticas de Direitos Humanos no país.

As diretrizes que orientam a atuação do poder público foram criadas em 1996, ano de lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), estruturado em torno da garantia dos direitos civis e políticos. O plano foi revisado e atualizado em 2002, quando houve lançamento do PNDH II, incorporando os direitos econômicos, sociais e culturais desde a perspectiva da universalidade, indivisibilidade e interdependência. Ambos os programas foram construídos em diálogo com a sociedade civil por meio de seminários e consultas aos atores sociais.

A Conferência acontece num ano com excepcional convergência de datas simbólicas: 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 120 anos da Abolição da Escravatura, 20 anos da "Constituição Cidadã", 40 anos das lutas de Maio de 1968 e 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Outras conferências nacionais importantes para os direitos humanos serão realizadas no decorrer deste o ano.

Os resultados da Conferências devem traduzir-se em proposições legislativas que deverão ser recepcionadas por esta Comissão, segundo desejo da sociedade civil.

Assim, justifica-se plenamente a participação desta Comissão, no referido Grupo de Trabalho, pelo que submeto o presente requerimento à apreciação deste Plenário.

Sala das Comissões, em     março de 2008.

Deputado **ADÃO PRETTO** – PT/RS